

Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico

Adriano Codato

Departamento de Ciência Política e Sociologia
Universidade Federal do Paraná

Luiz Domingos Costa

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal do Paraná

Lucas Massimo

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal do Paraná

Resumo: O artigo propõe uma discussão sobre definição, classificação e mensuração de posições sociais de origem para o estudo do recrutamento de elites políticas. Para tanto, apresenta diferentes estratégias teórico-metodológicas para enquadrar a variável “ocupação prévia à carreira parlamentar” e sugere a pertinência de um critério mais analítico que sociográfico na codificação das profissões daqueles que postulam ingressar no mundo político. Sustenta-se que o recrutamento político pode ser mais bem apreendido por meio de uma tipologia que leve em conta não apenas variáveis institucionais, mas, na linha sugerida por Max Weber, variáveis econômicas e sociais. No teste empírico dos critérios propostos neste artigo, foram utilizados dados sobre candidatos a deputado federal no Brasil em 2006 e 2010 para simular o rendimento de uma classificação alternativa. Essa classificação está baseada em três parâmetros: 1) a flexibilidade da carreira profissional do candidato (tempo livre e autonomia financeira), 2) a importância dessa ocupação numa dada comunidade (*status* social) e 3) sua afinidade prévia com os valores e as práticas do mundo político. O resultado revelou que clivagens sociais e clivagens de gênero podem ser reforçadas pelo tipo de atividade profissional exercida previamente pelos candidatos a parlamentar antes mesmo que filtros institucionais produzam seus efeitos.

Palavras-chave: recrutamento político; candidatos a deputado; gênero; metodologia de pesquisa; Max Weber

Abstract: This article brings forward a discussion regarding the definition, classification, and measurement of social positions of origin for research on political elite recruitment. To this end we present several theoretical and methodological strategies to establish the variable “occupation prior to a parliamentary career” and argue in favor of a more analytical criterion than a sociographic one when coding the occupations of those who consider entering the political world. The argument that follows considers that political recruitment could be better apprehended by means of a typology that takes into account not only institutional variables but also, as suggested by Max Weber, social and economic variables. For the empirical test concerning the proposed criteria the data is based on candidates for a federal deputy seat in 2006 and 2010 so as to simulate the efficiency of an alternative classification. This classification is based on three parameters: 1) the flexibility of the candidate’s professional career (free time and financial autonomy), 2) the importance of this occupation in a given community (social status) and 3) the candidate’s previous affinities with the values and practices of the political world. The results revealed that social cleavages as well as gender cleavages may be enhanced due to the type of professional activity previously exerted by the political candidates even before institutional filters yield their effects.

Keywords: political recruitment; candidates for deputy; gender; research methodology; Max Weber

Introdução

Quem se engaja na política? Ou mais exatamente: quem pode se engajar na política? Há profissões mais propícias que outras para introduzir-se na carreira, vencer eleições e ser bem-sucedido na vida parlamentar? Se sim, como identificá-las, classificá-las, hierarquizá-las e codificá-las? Quais são os fundamentos sociológicos (e não meramente sociográficos) que devem ser levados em conta nessas operações analíticas?

Max Weber, na sua conferência clássica dedicada à vocação política, propôs dois parâmetros distintos para que se possa viver para a política. Esses parâmetros envolvem três critérios objetivos.

O primeiro parâmetro é *econômico*. O político que faz da política a causa da sua vida deve ser: a) “economicamente independente” da remuneração que essa atividade pode lhe proporcionar; e b) “economicamente disponível” para envolver-se integralmente nesse negócio, sem precisar preocupar-se com outros assuntos de ordem material. Logo, não basta que ele seja rico. O indivíduo em questão deve possuir meios (terras, por exemplo) que lhe proporcionem renda independentemente de seu trabalho e de seu envolvimento cotidiano nos negócios para que fique livre para dedicar-se apenas ao negócio da política. Esse é o caso típico dos aristocratas. Nesse sentido, nem trabalhadores, nem empresários urbanos estariam “economicamente disponíveis” (WEBER, 1994, p. 318-319). O segundo parâmetro prescrito por Weber é de natureza *social*. Ele diz respeito ao grau de afinidade entre a profissão de origem e as capacidades daí derivadas para atuar politicamente. Há um conjunto de ocupações propícias ao exercício da política. Certas formações profissionais – o jornalismo, por exemplo – estão intimamente relacionadas com os atributos e as habilidades exigidas pela vida parlamentar. Weber insiste no exemplo dos juristas em oposição aos funcionários públicos. Esses últimos, apesar de todos os conhecimentos técnicos de que dispõem, não possuem o dom da palavra nem a missão de patrocinar uma causa. Já os primeiros são desde cedo treinados no uso da retórica para defender, num conflito de interesses, uma das partes em disputa e para lutar por sua supremacia na causa em questão. E essa é, afinal, a essência da política de partidos e o dever básico de todo político de profissão (1994, p. 328-330). Pode-se dizer, portanto, que é preciso ser, e esse seria o terceiro critério do modelo, c) “socialmente predisposto” para ser bem-sucedido no mundo político.

Este artigo discute aspectos metodológicos e tipológicos da variável “profissão” empregada habitualmente nos estudos de elites políticas. Examinamos aqui como a literatura define, como rotula e como mensura empiricamente a distribuição das ocupações que precedem e, principalmente, influenciam o ingresso na carreira legislativa – e qual a importância disso para a pesquisa social. Nosso objetivo é revisar os dilemas que estão na base das operações de agregação de ofícios correntes na literatura e testar uma codificação alternativa. Essa codificação está inspirada naqueles três princípios propostos por Weber: i) independência econômica; ii) disponibilidade de tempo; e iii) afinidades disposicionais.

A influência positiva ou negativa de atributos sociais individuais varia conforme a escala de posições ocupadas na carreira política. Quanto mais alto o posto pretendido, mais a profissão de origem tende a desempenhar um papel decisivo (CORADINI, 2012; GAXIE, 1980, p. 5). Nossa suposição é de que não só há profissões mais propícias à entrada na carreira parlamentar (DOGAN, 1999), mas que é mais útil, a partir daí, construir categorias para classificar profissões baseadas em certos atributos associados

às ocupações – condições materiais, legitimidade simbólica e predisposições socialmente construídas – para analisar itinerários políticos.

O artigo está dividido em três seções. Na primeira seção, ressaltamos o interesse estratégico em estudar as propriedades sociais dos governantes, dentre elas as ocupações ou profissões anteriores à carreira pública¹. Na segunda seção, fazemos uma espécie de inventário dos usos possíveis e das dificuldades práticas para operacionalizar a variável “profissão” em pesquisas usuais sobre a classe política. Na terceira seção, propomos e testamos uma maneira diferente de agregar as inúmeras profissões dos quase 8 mil candidatos à Câmara Federal brasileira em 2006 e em 2010. Nosso protótipo é baseado na discriminação da maior ou menor capacidade que os ofícios de origem teriam de favorecer uma carreira política bem-sucedida. Ele pretende, com isso, abrir uma frente de pesquisa para ser mais bem testada empiricamente. Nas conclusões, sistematizamos alguns princípios a fim de avançar o debate a respeito das características sociais dos mandatários.

O interesse da variável “profissão” em estudos de elites

O meio social de proveniência, o tamanho do patrimônio herdado ou construído durante a vida, o acesso à educação formal e a posse de títulos escolares de diferentes níveis, o gênero, a origem étnica, a nacionalidade, a religião, a idade de ingresso na política profissional, o *status* matrimonial e as alianças advindas daí, as formas e os graus de socialização no mundo político são todos parâmetros importantes para revelar atributos de posição social que podem impulsionar ou breçar carreiras políticas.

Todavia, nenhuma variável é tão frequente em estudos de elites políticas quanto é “profissão”. Evidentemente, é preciso considerar “sociedades onde o *status* está longe de repousar [...] sobre a profissão, mas igualmente sobre a origem familiar, o sobrenome, o título [nobiliárquico], a importância e o regime de propriedade [...]” (SAWICKI, 1999, p. 140). Profissões são também atributos sociais ambivalentes, já que o significado e a eficácia de um dado ofício no mundo político variam historicamente, geograficamente etc. Portanto, a agregação precisa levar em conta *estratégias de contextualização* dos padrões verificados objetivamente para assimilar o significado e o impacto que o pertencimento a um grupo profissional terá no desenrolar da carreira política. Da mesma forma, o prestígio de uma dada ocupação/profissão é contestável em função do seu caráter relacional: classificações “objetivistas” podem diluir hierarquias de um conjunto contíguo de ocupações e mesmo hierarquias internas dentro de uma mesma profissão. De toda forma, o tema das profissões exercidas fora da política, ou antes dela, facilita a discussão a respeito da sobre-representação ou do monopólio de certas categorias/classes sociais sobre posições eletivas (GAXIE, 1980). E isso por uma série de inferências que se podem extrair daí.

A primeira delas tem a ver com aquilo que Weber (1994), conforme já indicamos, chamou de *disponibilidade econômica*.

Bourdieu notou que a quantidade e o uso do tempo livre que cada profissão admite são elementos centrais para entender tanto a forma quanto a intensidade com que diferentes indivíduos

¹ Neste artigo, ocupação e profissão serão tomadas como sinônimos. Significam a atividade, o serviço ou o trabalho principal da vida de uma pessoa.

podem se dedicar à carreira política. “Este princípio simples poderia”, na sua visão, “contribuir para explicar a participação diferencial das diferentes profissões (ou ainda dos diferentes estatutos numa mesma profissão) na vida política ou sindical” (BOURDIEU, 1998, p. 198). Esse critério não se refere a uma quantidade de tempo precisa, mas, antes disso, à noção de que certas ocupações oferecem maior probabilidade de controle e manipulação de recursos importantes. Portanto, não são apenas os rentistas que podem desfrutar dessa condição, mas também aqueles com recursos sociais que fornecem comodidade ou flexibilidade no uso do tempo aliadas à segurança material para que se arrisque em uma empreitada paralela à sua atividade ordinária (SAUTU, 1992).

A segunda inferência a partir da categoria “ocupação” tem a ver com a correlação entre profissões exercidas e *habilidades adquiridas*.

A aptidão exigida e exibida no mundo político resulta da combinação de uma série de qualidades individuais, tais como “ser apresentável, falar bem, saber negociar, cultivar o compromisso, evitar a arrogância, saber tomar uma decisão baseada na intuição” (DOGAN, 1999, p. 171-172). Trata-se de um saber prático, resultado de experiências vividas e predisposições contraídas, que geralmente derivam das atividades desempenhadas antes da carreira política. Esse é um dos principais motivos pelos quais a classificação das ocupações que precedem a entrada no mundo político é tão importante: há que distinguir as profissões que exigem do indivíduo saberes e comportamentos similares àqueles necessários para o êxito na política daquelas que podem eventualmente atrapalhar ou atrasar a sua trajetória².

Certas profissões são autênticos viveiros de “vocações políticas” (OFFERLÉ, 1999, p. 10). O exercício da advocacia, por exemplo. Todo advogado deve saber se expressar bem em público, precisa ter familiaridade com a linguagem legal na qual são elaborados os textos legislativos, mas, sobretudo, ele deve mostrar perante um juiz ou um júri a mesma capacidade de convencimento (ou de manipulação) que é exigida do político profissional perante uma assembleia. A permuta entre as virtudes profissionais de um e de outro deve ser levada em conta para explicar a expressiva participação de advogados entre os eleitos nos parlamentos ocidentais³.

Por último, a terceira inferência que se pode fazer a respeito de um grupo de elite quando se isolam as informações da categoria “ocupação” diz respeito às *oportunidades sociais* que diferentes *métiers* possibilitam. A transição entre as funções exercidas no mercado e a função pública ocorre por uma espécie de osmose: como observa Dogan, “em política, a osmose obedece às mesmas leis que na natureza: a disseminação ocorre através de membranas permeáveis entre posições adjacentes” (DOGAN, 1999, p. 173).

Carreiras políticas tendem a ser mais fáceis para indivíduos com *brokerage occupations*: professores, sindicalistas, jornalistas, advogados, médicos. Além de disporem de condições objetivas para dedicar-se à vida política (férias mais longas que os trabalhadores manuais, carreiras profissionais

² Naturalmente, a mesma profissão não é exercida da mesma maneira por todos os seus titulares e tanto seu ofício como seu prestígio simbólico variam também conforme o lugar onde o diploma foi obtido, entre outros fatores. Para isso ver Bonelli (2005); Dezalay; Garth (2002).

³ Sobre o caso do Brasil, em diferentes períodos, ver Carvalho (1996); Pang; Seckinger (1972); Rodrigues (2002b); Santos (2000). Para dados comparativos entre os parlamentos de vários países, ver Miller (1995, p. 60). Para dados sobre a House of Commons e uma explicação mais geral, ver Podmore (1977).

descontínuas, independência profissional, segurança financeira, relações na alta sociedade), há da parte desses profissionais liberais uma maior disposição subjetiva para assumir riscos e custos de tentar uma posição no Legislativo ou no Executivo (RANNEY, 1965). Schumpeter resumiu numa expressão essa ideia: há “um estrato social” – este, no caso – “que se liga à política de forma natural” (SCHUMPETER, 1984, p.362).

Todavia, cada um desses ofícios tem uma particularidade que torna mais ou menos difícil a empresa política. Os custos para um advogado regressar à sua atividade de origem depois de um revés eleitoral não são muito elevados. A interrupção da primeira atividade não implica a perda de habilidades, nem a erosão da sua credibilidade junto aos demais profissionais da área. Em situação distinta do advogado está o médico que, tendo passado tempo longe do consultório, precisa se requalificar para acompanhar as inovações que tenham ocorrido em sua área de atuação. Empresários, apesar de poderem dispor de recursos, também não são um grupo para o qual a política seja um destino sossegado. No caso dos grandes empresários, o candidato precisa desconsiderar momentaneamente sua posição social (elevada) para demandar votos de indivíduos eventualmente subordinados a ele, e que, ademais, poderão colocar em xeque suas pretensões políticas exatamente pela sua conexão estreita com o mundo dos negócios (OFFERLÉ, 1999).

O interesse da variável “profissão” em estudos de elites é, portanto, estratégico, seja pelo que ela pode revelar sobre os recursos extrapolíticos mobilizáveis pelos agentes, seja pelo que ela diz sobre o mundo político em que estes atuam.

Há, contudo, algumas questões operacionais para a estratificação dos políticos a partir de suas ocupações prévias: a) como codificar características sociais?; b) como agregar categorias profissionais muito diversas sob um rótulo comum (“profissionais liberais”, por exemplo)?; c) como, depois de agregadas as profissões, definir grupos mais compreensivos para estudar elites?

As dificuldades da variável “profissão” em estudos de elites

O debate sobre como pesquisas empíricas agregam, em diferentes classes, os ofícios que os indivíduos exerceram antes de se dedicar à política está longe de ser resolvido, muito embora essa operação esteja na base de todas as tipologias de profissões da classe política. Best e Cotta sustentam uma saída radical para a confusão reinante: “é muito mais difícil superar as disparidades e idiosincrasias dos padrões de codificação, regimes de classificação e técnicas de gerenciamento de dados existentes por um esforço *ex post* do que” simplesmente “começar do zero” (BEST; COTTA, 2000, p.2)⁴.

Isso porque classificações de legisladores por tipos de ocupações variam muito de autor para autor. No limite, cada estudo cria a sua própria indexação. Essa variação pode estar baseada em cinco princípios diferentes que comandam a ordenação: *terminologia*, *teoria*, *metodologia*, *fontes documentais* ou *modo de codificação* da população estudada.

Às vezes o desencontro de perspectivas na literatura tem uma razão meramente terminológica. Investigadores da área dão nomes semelhantes a coisas distintas. “Profissões intelectuais” é um rótulo

⁴ Além do mais, como adverte Offerlé, “os achados da sociologia das profissões só são aplicáveis à sociologia dos *métiers* da política por analogia e de maneira comedida” (OFFERLÉ, 1996, p. 4).

que pode recobrir ofícios tão diferentes entre si como, por exemplo, professores e artistas⁵. E dão nomes diferentes a coisas por vezes muito semelhantes: “*white collars*”, em vez do mais usual “profissionais liberais”. Essa variação no vocabulário sobre as classes de profissões pode estar ligada a idiosincrasias acadêmicas (e que passam, muitas vezes, por disputas teóricas) ou a classificações *ad hoc* em função do caso estudado e mesmo do tipo de dado disponível. Nesse sentido, a preocupação com uma sociografia puramente descritiva (PERISSINOTTO et al., 2007; RODRIGUES, F., 2006) das classes dirigentes em geral dispensa os autores de definições mais coerentes teoricamente a respeito das linhas de divisão entre as profissões estudadas.

Outras vezes o remodelamento da classificação dos ofícios originais dos políticos está ligado a preferências teóricas que estruturam a pesquisa e que podem ser assumidas de maneira consciente ou não pelo investigador. Sawicki anota que, nesse assunto, existem basicamente duas tradições disciplinares opostas: de um lado, a Sociologia Política francesa, de outro, a Ciência Política norte-americana (SAWICKI, 1999). A abordagem francesa está vinculada à ideia de “classe social” e a norte-americana à ideia de “papel social” (SAWICKI, 1999, p. 148, 149). Podem-se atrelar profissão exercida e classe de uma maneira mais explícita (como fazem os marxistas) ou mais reservada (GAXIE, 1980)⁶. Pode-se também vincular *status* social, medido pela profissão, com outro critério mais político (engajamento contínuo nas disputas eleitorais, por exemplo, ou ambição) para produzir diferentes tipos de políticos baseados em diferentes carreiras legislativas (MATTHEWS, 1961).

Há, ao lado dessas duas dificuldades (terminológica e teórica), uma série de decisões metodológicas para estabelecer a profissão de origem de um parlamentar que influenciam as classificações e, daí, as análises delas decorrentes. A escolha aqui, se não for bem fundamentada, pode ser uma decisão arbitrária entre considerar: a) apenas a área de formação universitária como índice de profissão (bacharéis em engenharia = engenheiros); b) a última carreira exercida imediatamente antes de entrar na política (RODRIGUES, 2002a, p. 205)⁷; c) a profissão que se praticou por mais tempo, no caso de se haver mudado de ramo; d) a atividade mais importante financeiramente; ou uma combinação *ad hoc* entre alguns desses critérios.

O problema mais óbvio de enfatizar exclusivamente a área de formação escolar é que a posse de títulos universitários pode ser tão só um símbolo de distinção social, tido e exibido como “capital cultural”, não se confundindo com a ocupação efetivamente exercida. Em outros termos, o bacharel em direito não é, por causa disso, “advogado” (ou promotor, ou juiz, ou delegado). Logo, não se deve deduzir que os graduados em direito tenham cumprido necessariamente uma função judiciária.

⁵ Na sociologia política francesa, é usual classificar sob o rótulo “*cadres et professions intellectuels supérieures*” jornalistas, profissionais liberais e altos funcionários de Estado. Ver Costa; Kerrouche (2007, p. 47); Hubé (2009, p. 350). Outra fonte de confusão é a expressão “*professions intermédiaires*”. Ela sugere ocupações “de classe média”, mas quer designar todos aqueles que ocupam uma posição intermediária entre administradores, de um lado, e auxiliares da Justiça, trabalhadores manuais e empregados do setor de serviços, de outro. A definição é do Institut National de la Statistique et des Études Économiques (Insee).

⁶ Guttsman divide a estrutura de classe dos Gabinetes britânicos no período 1916-1970 em aristocracia, classe média e classe trabalhadora (GUTTSMAN, 1974, p. 36). Collovald junta 14 categorias socioprofissionais ocupadas pelos políticos imediatamente antes das eleições legislativas de 1973, 1978, 1981 em duas: classes superiores e classes médias (COLLOVALD, 1985, p. 42, 44).

⁷ No estudo de Rodrigues, “Uma exceção à regra da ‘última ocupação’ foi aberta para o caso dos empresários. Uma vez que essa atividade é bem mais compatível com a atividade parlamentar do que no caso de outras ocupações, os deputados que, depois de eleitos pela primeira vez, se tornaram empresários tiveram essa atividade classificada juntamente com a última profissão/ocupação. Acharnos, pelo exame das declarações de bens, 17 casos (4% de 401) nessa condição” (RODRIGUES, 2002a, p. 205).

Frequentemente o que ocorre nesses casos é o oposto: alta escolaridade associada a tempo livre e independência econômica são, na realidade, os principais pré-requisitos para uma carreira política bem-sucedida. Há uma segunda dificuldade para ordenar os dados porque uma parte não desprezível de indivíduos podem exercer duas ou três atividades profissionais ao mesmo tempo: médico e professor, ou político, advogado e jornalista, por exemplo. Qual a quantidade ideal de profissões a ser considerada para cada indivíduo e em que sequência?⁸ Carvalho, diante de uma elite imperial que acumula no Brasil do século XIX múltiplas ocupações, optou por uma saída própria e de acordo com a questão fundamental que orienta o seu estudo: a carreira profissional principal é aquela que mais influencia a habilidade do indivíduo para *exercer cargos públicos na burocracia* do Estado imperial (CARVALHO, 1996). O caso dos “advogados” representa um problema à parte: como essa categoria é quase onipresente nos parlamentos, é útil tratá-la de forma mais analítica. Braga, seguindo a sugestão de Miceli (1991, p. 566), entende que é preciso separar “advogados profissionais liberais” de “advogados burocratas”. Os primeiros são aqueles que efetivamente exerceram a profissão; os segundos são bacharéis em direito que fizeram carreira na administração do Estado em funções por vezes distantes da sua formação de origem (BRAGA, 1998).

Em quarto lugar, existem alguns obstáculos de ordem prática nos procedimentos de coleta de dados, classificação de profissões de origem e categorização sociológica dos grupos dirigentes. Eles estão associados à acessibilidade, à variedade e à qualidade das fontes utilizadas pelos especialistas.

Estudos sobre elites legislativas de *N* grande costumam confiar, em demasia, em repositórios oficiais: dados declarados por candidatos ao Tribunal Eleitoral ou pelos legisladores aos *sites* institucionais⁹. Nesse caso, não raro parlamentares procuram estilizar suas biografias políticas omitindo a passagem por muitas siglas partidárias ou por cargos sem prestígio. Outro problema igualmente relevante é que as diferentes Assembleias Legislativas no Brasil não dão qualquer uniformidade quanto ao volume, detalhe ou tratamento dos dados de origem social e/ou trajetória política (BRAGA; NICOLÁS, 2008). Uma fonte útil e bem mais precisa são os questionários biográficos, mas sua aplicação é um tanto difícil, em especial para ocupantes de posições políticas mais elevadas. Dogan ressalta um segundo problema quando se trata da autodeclaração da ocupação. Em campanhas eleitorais, candidatos tendem a não confessar a profissão mais rentável financeiramente, mas a mais simpática eleitoralmente: industriais que possuem diplomas em áreas técnicas preferem apresentar-se como engenheiros e não empresários; executivos ou donos de empresas de comunicação passam-se por jornalistas, banqueiros apresentam-se como beneméritos de universidades de prestígio, fundações etc. (DOGAN, 1961, p. 64). Usualmente, tem se preferido, no lugar dos questionários, percorrer dicionários anuários de tipo *who's who* (HEINZ, 2011) ou dicionários histórico-biográficos sobre políticos (ABREU et al., 2001; MONTEIRO, 1994). Eles, quando bem realizados, podem substituir a leitura de longas biografias, autobiografias e memórias de membros notáveis da classe dirigente ou a consulta a documentos históricos de difícil acesso (como fichas de filiação a partidos). De toda forma, e esse é o problema fundamental, quase nunca estudos de elites se preocupam em “explicitar os princípios de

⁸ Para o caso de muitas profissões exercidas concomitantemente, ver as soluções adotadas em Braga (1998) e Codato (2008).

⁹ Há poucos estudos sociológicos mais detalhados desse grupo baseados em perfis construídos a partir de entrevistas. Ver, para o caso, Messenberg (2008; 2013).

produção das fontes utilizadas” pelo pesquisador (MICELI, 2001, p. 349), aceitando até com ingenuidade a evidência do dado bruto.

Por fim, há a questão que nos interessa mais de perto que é a da codificação. Usualmente existem dois caminhos possíveis. Profissões são criadas dedutivamente, ou seja, são primeiramente estabelecidas categorias gerais (conforme a hipótese que se queira demonstrar ou a premissa que se queira ilustrar) e depois os indivíduos são classificados nelas. Carvalho supõe que é mais explicativo para entender a dinâmica política do II Império no Brasil reunir 12 profissões ou ramos de atividade em apenas três grandes grupos: *governo* (empregados públicos, tais como magistrados, militares, funcionários públicos, diplomatas, e também políticos regulares); *profissões* (“ocupações letradas”, tais como professores do ensino superior, advogados, jornalistas, médicos, engenheiros); *economia* (proprietários rurais e homens de negócios: comerciantes, banqueiros, industriais) (CARVALHO, 1996). Para dar mais força à caracterização sociológica de deputados brasileiros no final do século XX, Rodrigues simplesmente juntou 18 ocupações em quatro grandes classes de atividades: *empresários*, *profissionais liberais*, *setor público e magistério* (RODRIGUES, 2002a, p. 55, 66).

O segundo caminho é em geral o seguinte: categorias são criadas indutivamente. Olham-se os dados particulares de cada legislador ou candidato observado no experimento (o particular) e depois se juntam em classes mais amplas indivíduos de atributos sociais e trajetórias políticas semelhantes (o geral). A grande maioria dos estudos sobre o assunto opta por oito ou nove grandes divisões: *trabalhador* (todas as profissões manuais), *magistério* (sem diferença entre professores universitários e de outros níveis e entre o setor público ou privado), *pequeno comerciante* (para diferenciar de grande empresário), *eclesiástico* (incluindo aqui várias denominações religiosas), *funcionário público* (sem diferenciar o nível e o prestígio do cargo ocupado na burocracia de Estado), *profissional liberal* (misturando médico, engenheiro e advogado), *político profissional* (normalmente quando o indivíduo se autodeclara assim), *empresário e outras profissões*. Codato, Cervi e Perissinotto reuniram mais de 100 profissões declaradas por todos os 15.621 candidatos a prefeito no Brasil em 2012 em dez categorias: aposentado, eclesiástico, empresário, funcionário público, magistério, pequeno comerciante, político, profissões com ensino superior, trabalhador e outras profissões (CODATO; CERVI; PERISSINOTTO, 2013). É inevitável desperdiçar informações nessas agregações, mas se quisermos garantir um número de indivíduos minimamente representativo em cada classe, é preciso fazer o sacrifício¹⁰.

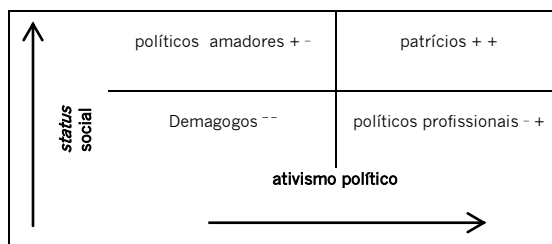
Contudo, algumas agregações arriscam perder diferenças sociais decisivas dentro de uma mesma categoria. É o caso mais frequente de “empresários”. No seu estudo sobre as bancadas partidárias da Câmara dos Deputados eleitas em 1998, Rodrigues optou por reunir sob a mesma categoria tanto proprietários capitalistas como gerentes executivos e, no caso dos primeiros, não achou relevante diferenciar o pequeno do médio e o médio do grande empresário. Nessa operação juntou também duas frações da classe – empresários urbanos e rurais – que dificilmente podem ser igualladas (RODRIGUES, 2002a, p. 56).

¹⁰ Candidatos nas eleições para deputado federal no Brasil em 2010 registraram, nas fichas que preencheram nos Tribunais Regionais Eleitorais dos seus respectivos estados, 155 ofícios diferentes. Exemplos da variedade encontrada nesse universo: agente postal, técnico em agronomia e agrimensura, produtor de espetáculos públicos, escritor e crítico, diplomata, motoboy, vendedor precista, despachante, militar reformado etc.

Outra maneira de trabalhar com a informação de maneira indutiva é produzir, a partir de classificações criativas, “tipos de políticos” diferentes. É preciso, evidentemente, que cada tipo tenha um número de casos suficiente para tornar robusta a categorização em cada ordem. Um exemplo é a tipologia de carreiras senatoriais dos EUA fabricada por Matthews (1961) com base em *backgrounds* diferentes entre si.

Matthews partiu de duas constatações usuais: normalmente, senadores possuem um *status* social alto; e, antes da sua eleição para o Senado, eles costumam ser extremamente ativos na política (já que é um cargo muito disputado), com longas carreiras e muitas eleições. Porém, no Congresso dos Estados Unidos nem todos os senadores possuem os dois atributos ao mesmo tempo (*status* elevado na sociedade e ativismo político intenso). Consequentemente, é possível imaginar três combinações lógicas: i) há um grupo de senadores que possui muito prestígio social e uma longa carreira na política americana; ii) há aqueles que possuem pouco das duas coisas; e finalmente iii) há aqueles que possuem um valor alto em um dos critérios, mas baixo em outro. Quando os senadores dos Estados Unidos são classificados de acordo com esse esquema, surgem quatro tipos sociais: *patrícios*, *demagogos*, *políticos amadores* e *políticos profissionais* (MATTHEWS, 1961, p. 632-633).

Figura 1
Tipologia dos senadores dos EUA, anos 1950



Fonte: Elaborado a partir de Matthews (1961).

Diante da centralidade dessa questão da ocupação prévia à política para estudos de grupos dirigentes, da heterogeneidade de critérios reinantes, da variedade de problemas metodológicos aí implicados e da arbitrariedade das escolhas dos investigadores, parece evidente e urgente a necessidade de colaboração, integração e explicitação metodológica entre as incontáveis pesquisas empíricas sobre “elites políticas”. Se nós pretendemos que nossas pesquisas possam ganhar outro patamar (e, com isso, serem capazes de comparação com outros casos, repetição, cumulatividade e generalização dos seus achados), é preciso aperfeiçoar a codificação (PEPINSKY, 2007).

Codificando características sociais: ocupações com predisposição para a vida política

Para testar o desempenho analítico de um modo específico de definição, agregação e codificação de profissões, trabalharemos com dados dos candidatos a deputado federal no Brasil em 2006 e em 2010. Informações tão heterogêneas como estas, que envolvem 4.359 pessoas no primeiro pleito e 3.601 no segundo, devem mostrar que, diante de tantos tipos profissionais, a mesma variável (ocupação) precisa ser manipulada de outro modo a fim de produzir análises menos descritivas e mais acuradas.

A base de dados foi construída a partir das informações fornecidas pelos próprios disputantes quando do registro das suas candidaturas para deputado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2006 e em 2010. Trata-se de um banco composto pelos concorrentes considerados aptos pelo TSE. As informações sobre ocupação eram de responsabilidade dos próprios competidores que declararam seu ofício para a autoridade judiciária. Na base original havia cerca de 200 ocupações distintas e que foram agregadas segundo os critérios de codificação de profissões testados a seguir.

A classificação dos ofícios dos políticos fabricada por nós foi elaborada com base nas proposições de Weber (1994), expostas na Introdução e desenvolvidas na primeira seção (“O interesse da variável ‘profissão’ em estudos de elites”), e nas sugestões que pudemos inferir do estudo inspirador de Norris e Lovenduski (1997)¹¹.

Em suas análises do Parlamento do Reino Unido, Norris e Lovenduski ordenaram as profissões *conforme a maior ou a menor capacidade que os ofícios teriam de favorecer uma carreira política de sucesso*. Esses ofícios deveriam, para tanto, possuir certas características especiais: “horário de trabalho flexível”, ensinar “habilidades politicamente úteis”, desfrutar de “*status social*” valorizado na comunidade e permitir aos seus titulares estabelecer “contatos no mundo político” (1997, p. 165). Isso explicaria, em princípio, por que entre os membros do Parlamento britânico haveria um número desproporcionalmente grande de pessoas originárias das “*talking professions*”: notabilidades jurídicas, jornalistas e professores.

Com base nesses indicadores sociais, pode-se elaborar um modelo que concilie duas dimensões distintas e que influenciam, para além das regras eleitorais em vigor, o recrutamento político: de um lado, as *condições objetivas* dos agentes e, de outro, o *status social* dos candidatos e/ou dos eleitos.

Segundo Norris e Lovenduski, podemos admitir que certas ocupações profissionais conferem aos interessados em seguir carreira na política uma série de recursos simbólicos (*status*), capacidades políticas e condições materiais que serão decisivos. As “*brokerage occupations*” (advocacia, magistério, sindicalismo, jornalismo etc.) são, portanto, estratégicas na medida em que conseguem agregar flexibilidade de compromissos, férias generosas, independência financeira, autonomia profissional, redes de influência, prestígio social e aptidões adequadas para a vida política (NORRIS e LOVENDUSKI, 1997, p. 165-166).

Pontuando a posição de cada ocupação informada pelos candidatos a deputado no Brasil em função de três critérios dicotômicos elegidos por nós, podem-se gerar até três categorias que estipulariam as qualificações dos competidores e, daí, suas chances “sociais” de terem êxito político. Os três critérios ligados à profissão do aspirante a político, e que, combinados, mediriam as oportunidades oferecidas pelo sistema de relações sociais, são: a) *carreira flexível* (férias generosas, disponibilidade de tempo e autonomia profissional); b) *status social* (posição da ocupação perante outras de acordo com o reconhecimento e o prestígio socialmente compartilhado numa dada comunidade¹²); e c) *afinidade com*

¹¹ Agradecemos a Bruno Bolognesi pela primeira sugestão desse modelo de classificação.

¹² Um critério associado a este – posse de *diploma universitário* – poderia ser incluído no modelo futuramente para aumentar a acuidade da categoria que mede o prestígio social das carreiras, sem provocar o problema decorrente da escolha entre a atuação profissional efetiva e a formação escolar inicial para designar a ocupação do candidato.

a *atividade política* (ocupações que permitem familiaridade com a máquina pública e com os estratagemas da política ou propiciam uma rede de contatos importantes no meio).

Decorrem daí três categorias de ocupações que reúnem, de maneira diferente, os requisitos estipulados para se dar bem no negócio da política: profissões com *alta disposição para a atividade política*, com *média disposição para a atividade política* ou com *baixa disposição para a atividade política*.

A dificuldade na modelagem dedutiva é propor um esquema abstrato de classificação que seja sensível a todas as variações que ocorrem nas observações empíricas. Assim, o risco ao qual os analistas estão sujeitos é elaborar um modelo teórico tão sofisticado a ponto de nenhum caso ser capaz de cumprir as condições impostas pelo analista.

Indivíduos cujas ocupações propiciam uma predisposição elevada para a política devem atender a três condições: é necessário possuir uma carreira flexível (10 pontos), é preciso que sua ocupação tenha um *status* social elevado (10 pontos) e, finalmente, é imprescindível que a ocupação tenha afinidade com a atividade política (10 pontos). Na situação intermediária o sujeito pode atender a dois desses critérios (totalizando no máximo 25 pontos) e na situação inversa (baixa disposição) basta que um critério seja observado (somando até 20 pontos). Se o caso observado não for compatível com nenhum critério, ele somaria 15 pontos, e será classificado como de baixa disposição para a política. O Quadro 1 faz uma síntese desse modelo:

Quadro 1
Modelo analítico de classificação de profissões

	Carreira profissional flexível	Status social elevado	Ocupação com afinidade política	Pontuação
Alta disposição	possui 10 pontos	possui 10 pontos	possui 10 pontos	30 pontos
Média disposição	não possui 5 pontos	não possui 5 pontos	não possui 5 pontos	25 pontos
	possui 10 pontos	possui 10 pontos	possui 10 pontos	
Baixa disposição	não possui 5 pontos	não possui 5 pontos	não possui 5 pontos	15 ou 20 pontos
	possui 10 pontos	possui 10 pontos	possui 10 pontos	

Fonte: Elaboração própria. Nusp/Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (UFPR).

No primeiro caso (30 pontos) estariam, por exemplo, os *advogados*: disponibilidade de tempo, afinidades disposicionais, *status* social elevado. No segundo (25 pontos), os *empresários*: autonomia profissional, posição social valorizada, mas baixa afinidade com a política cotidiana (que exige manejo da retórica parlamentar, capacidade de negociação, abdicação da prerrogativa de decidir autocraticamente, paciência com o ritmo das decisões etc.). No terceiro caso (15 ou 20 pontos) estariam os *trabalhadores manuais* (técnico de mecânica, estivador, trabalhador rural etc.), *trabalhadores autônomos* (corretor de imóveis e de seguros, vendedor praticista, motorista de táxi etc.) e os *empregados do setor de serviços* (auxiliar de escritório, comerciário, digitador etc.). Esses são ofícios de pouco

prestígio numa sociedade que sobrevaloriza os diplomas das “profissões liberais”, com horários de trabalho inflexíveis e pouquíssima ou quase nenhuma associação com a política, os políticos e o seu meio.

Com o objetivo de examinar o rendimento dessas categorias, aplicamos esse esquema à base de dados de candidatos e introduzimos um segundo critério, separando-os por sexo. Cada profissão que o concorrente declarou em sua ficha de candidatura no TSE foi qualificada naquelas três categorias.

A Tabela 1 cruza postulantes homens e mulheres nas eleições de 2006 e nas eleições de 2010 com a classificação de suas múltiplas ocupações conforme a propensão que teriam para a política institucional:

Tabela 1
Categorias de predisposição para atividade política por sexo
Candidatos a deputado federal
Brasil 2006 e 2010

			2006				2010			
			Disposição para atividade política			Total	Disposição para atividade política			Total
			Alta	Média	Baixa		Alta	Média	Baixa	
Sexo	Masculino	n	2.166	695	964	3.825	1.830	629	568	3.027
		%	56,60	18,20	25,20	100,00	60,50	20,80	18,80	100,00
		Res. pad.	0,3	1,1	- 1,3		1	1,5	- 3,2	
	Feminino	n	287	66	181	534	295	75	204	574
		%	53,70	12,40	33,90	100,00	51,40	13,10	35,50	100,00
		Res. pad.	- 0,8	- 2,8	3,4		- 2,4	- 3,5	7,3	
Total	n	2.453	761	1.145	4.359	2.125	704	772	3.601	
	%	56,30	17,50	26,30	100,00	59,00	19,60	21,40	100,00	

Fonte: Nusp/Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (UFPR).

Coefficiente de contingência para 2006 = 0,073 (sig = 0,000).

Coefficiente de contingência para 2010 = 0,152 (sig = 0,000).

Para fins de percepção do valor heurístico das categorias, deve-se reparar em primeiro lugar nos coeficientes de contingência (2006 = 0,073; 2010 = 0,152). Eles permitem afirmar que há alguma associação entre sexo dos candidatos e aqueles três requisitos para estipular as chances de êxito político.

A categoria “alta disposição” é a que abriga a esmagadora maioria dos pretendentes à Câmara dos Deputados, com respectivamente 56% e 59% dos competidores nos pleitos de 2006 e 2010. Trata-se daqueles indivíduos com perfil afim (ou com fácil acesso) ao universo político formal.

Todavia, candidatos com “média disposição” não são o segundo maior contingente de competidores à Câmara, como seria esperável, mas sim a categoria “baixa disposição”, com 26% e 21% dos candidatos em cada eleição respectivamente. Isso é interessante para percebermos que, do lado da oferta, os partidos políticos brasileiros promovem muitos candidatos cujo perfil social não é o mais

adequado para concorrer a um cargo tão difícil (e tão caro) como esse¹³. Por outro lado, se poderia pensar que se trata de um sistema de candidaturas mais aberto (“democrático”) a indivíduos com profissões de origem menos afins à grande política, não fossem estes meros figurantes no jogo eleitoral.

No que se refere à diferença de gênero, importam os valores marcados em negrito referentes aos resíduos padronizados. Entre os homens, o resíduo negativo para a categoria profissões de baixa disposição indica que há pouca possibilidade estatística de os valores se acomodarem nessa categoria. Inversamente, entre as mulheres, os resíduos padronizados positivos nas caselas da categoria “baixa disposição política” (3,4 em 2006 e impressionantes 7,3 em 2010) representam elevada tendência de concentração de casos. Isto é, entre as candidatas, existe forte propensão de serem tipicamente oriundas de profissões com carreira profissional inflexível, com *status* social médio ou baixo e com ocupações pouco ou nada afins com o mundo político. O que se confirma olhando pelo inverso: os resíduos padronizados negativos na categoria “ocupações com alta disposição” (-2,4 em 2010) para o caso das mulheres mostram que elas já saem em grande desvantagem na disputa eleitoral.

Desse modo, a categorização da oferta de candidatos classificados segundo suas ocupações conforme o modelo proposto permite concluir que houve uma associação entre o fracasso de candidaturas femininas e o exercício de ocupações de baixa disposição para a política, ao passo que nas candidaturas masculinas ocorre, em 2010, o inverso. Parece haver, a partir daí, uma maior inteligibilidade entre origem social, gênero e sucesso ou evolução na carreira política.

É sabido que variáveis do sistema político como a forma de votação, a organização das listas, a magnitude eleitoral do distrito, a fragmentação partidária e a competição eleitoral são as que exercem alto impacto nas possibilidades de eleição de mulheres (ARAÚJO; ALVES, 2007; ARAÚJO, 2005; 2009). Segundo a literatura brasileira, a fórmula de votação, o sistema partidário, a desproporcionalidade eleitoral, a organização partidária e a competitividade eleitoral seriam primordiais para o desempenho das candidatas, aumentando ou diminuindo suas chances de serem eleitas (ARAÚJO, 2009; MIGUEL, 2008; PINHEIRO, 2007).

Nosso exercício, todavia, mostrou que *fatores sociais* trabalhados mais criativamente mostram que certo atributo – profissão – não deve ser considerado apenas como uma variável de controle e sim como elemento explicativo.

Conclusões

Os atributos sociais dos membros dos parlamentos (ou dos candidatos a estes) e, em especial, suas antigas ocupações profissionais são, como se procurou demonstrar, bem mais que uma curiosidade sociográfica. Desde que agregadas e codificadas a partir de um princípio sociológico mais estrito e mais compreensivo, profissões de origem podem ajudar a esclarecer o tipo de vínculo existente entre uma dada sociedade (sua estrutura, sua dinâmica, suas hierarquias materiais e simbólicas) e a esfera da política institucional (suas oportunidades, seus filtros, suas barreiras à participação). Para falar como Gaxie (1980), permitem, por exemplo, mensurar o grau de homologia entre a dinâmica do espaço social e a estruturação do espaço político. Disso bem poderiam derivar mais pesquisas empíricas sobre

¹³ Ver, para 2006, Sacchet; Speck (2012). Para 2010, Speck; Mancuso (2014) e Cervi et al. (2014).

relações de dominação entre classes e categorias sociais conectadas com as condições de concorrência no mercado político que superassem as constatações sobre o grau maior ou menor de heterogeneidade da classe dirigente ou a respeito da sobrerrepresentação de certas profissões “*du verbe et de la plume*” no recrutamento político.

Neste artigo, propusemos a seguinte indagação: como definir grupos de profissões para classificar elites? A resposta a essa questão envolve a solução de dois problemas contíguos que estão longe de ser simples, como poderia parecer à primeira vista: a) o problema da *agregação* de uma multiplicidade de ofícios diferentes em grandes categorias englobantes; e b) o problema da *codificação* das características pessoais para tornar inteligíveis as formas de influência das hierarquias sociais no mundo político.

Do modelo testado aqui para estudos quantitativos do pessoal político, é possível sistematizar algumas conclusões metodológicas a fim de avançar o debate na área.

Ainda que seja útil saber que no Senado do Brasil havia, no intervalo 1986-2010, mais senadores vindos do “funcionalismo público” na direita que na esquerda (COSTA; CODATO, 2013), ou que o número de bacharéis em direito diminuiu e o número de economistas cresceu (NEIVA; IZUMI, 2012) ou que se podiam encontrar, na 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados, 47 empresários no PFL, 22 no PSDB e apenas 4 no PT (RODRIGUES, L. M., 2006), procedimentos *sócio-lógicos* distintos permitem ir além daquilo que Sawicki chamou de “mera comparação gráfica da representação de diferentes classes ou frações de classe no seio dos [...] eleitos” (SAWICKI, 1999, p. 154).

Em estudos de elites políticas, é preciso ter presente que:

1. Dimensões sociais podem afetar o processo de recrutamento político tanto quanto dimensões institucionais (formas e regras legais de seleção).
2. Mas, para que isso não seja um truísmo, nem uma mera petição de princípios teóricos, é preciso mostrar em que medida *atributos* ligados à profissão de origem afetam as chances dos competidores.
3. Esses atributos não se resumem à apresentação da estatística descritiva do pessoal político. Para serem aplicados, profissões poderiam estar agrupadas segundo suas potencialidades para *facilitar ou dificultar o acesso* a uma carreira política.
4. No processo de categorização e codificação de profissões é útil considerar ao menos três indicadores: a) a flexibilidade da carreira profissional (em termos de tempo livre e autonomia); b) o valor social da ocupação (seu prestígio numa dada comunidade); e c) sua afinidade com os valores e as práticas do mundo político.
5. Isso porque o emprego de medidas puramente descritivas subdimensiona *handicaps* fundamentais produzidos antes mesmo do sucesso eleitoral. Nesse sentido, o rendimento da variável “ocupação prévia” não se limita ao estudo dos eleitos *versus* não eleitos (i.e., ocupação como causa parcial de sucesso político). O cruzamento entre as categorias aqui propostas de *disposição para a política* e o *sexo* dos competidores sugere a potencialidade analítica da dimensão sócio-ocupacional, quando devidamente codificada, para medição de outras grandezas relativas à desigualdade social mais ampla.

6. Conseqüentemente, quanto mais inclusivo o universo da análise, maior tende ser o rendimento desse modelo. Em outras palavras, quanto mais representativa a amostra social, maior o peso das desigualdades sobre a seleção sociopolítica.

Com base nos dados apresentados é possível, por exemplo, cogitar que profissão de origem (segundo a classificação proposta aqui) pode ser um dos critérios importantes para explicações sobre por que há tão poucas mulheres nos legislativos e por que sua incorporação a essa arena tem sido tão lenta.

Referências Bibliográficas

- ABREU, A. A. DE, et al. (eds.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- ARAÚJO, C. "Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política". *Revista de Sociologia e Política*, nº 24, p. 193-215, jun. 2005.
- _____. "Gênero e acesso ao Poder Legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2, p. 23-59, 2009.
- ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. "Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas". *Dados*, vol. 50, nº 3, p. 535-577, 2007.
- BEST, H.; COTTA, M. Elite transformation and modes of representation since the mid-nineteenth century: some theoretical considerations. In: BEST, H.; COTTA, M. (eds.). *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven European countries*. Oxford, England: Oxford University Press, p. 1-28, 2000.
- BONELLI, M. DA G. "Ideologias do profissionalismo em disputa na magistratura paulista". *Sociologias*, nº 13, p. 110-135, jun. 2005.
- BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: *O poder simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 163-207, 1998.
- BRAGA, S. S. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília-DF: Centro de Documentação e Informação/Câmara dos Deputados, vol. 2, 1998.
- BRAGA, S. S.; NICOLÁS, M. A. "Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 16, nº 30, p. 107-130, jun. 2008.
- CARVALHO, J. M. DE. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará, p. 435, 1996.
- CERVI, E. U., et al. "Dinheiro, profissão e partido político: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010". *Sociedade e Estado*, vol. 29, nº 3, 2014.
- CODATO, A. *Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2008.
- CODATO, A.; CERVI, E. U.; PERISSINOTTO, R. M. "Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012". *Cadernos Adenauer*, vol. 14, nº 2, p. 61-84, 2013.
- COLLOVALD, A. La république du militant. Recrutement et fillières de la carrière politique des députés socialiste. In: BIRNBAUM, P. (ed.). *Les élites socialistes au pouvoir: les dirigeants socialistes face à l'État, 1981-1985*. Paris: PUF, p. 11-52, 1985.
- CORADINI, O. L. "Categorias socioprofissionais, titulação escolar e disputas eleitorais". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 20, nº 41, p. 109-122, 2012.

CODATO, A.; COSTA, L. D.; MASSIMO, L. Classificando ocupações prévias à entrada na...

- COSTA, L. D.; CODATO, A. Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos senadores da República. In: MARENCO, A. (ed.). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 107-134, 2013.
- COSTA, O.; KERROUCHE, E. *Qui sont les députés français?* Enquête sur des élites inconnues. Paris: Presses de Sciences Po, p. 216, 2007.
- DEZALAY, Y.; GARTH, B. G. *The internationalization of palace wars: lawyers, economists, and the contest to transform Latin American States*. Chicago: University Of Chicago Press, p. 352, 2002.
- DOGAN, M. Political ascent in a class society: French deputies, 1870-1958. In: DWAIN, M. (ed.). *Political decision-makers*. New York: Free Press of Glencoe, p. 57-90, 1961.
- DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: OFFERLÉ, M. (ed.). *La profession politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin, p. 171-199, 1999.
- GAXIE, D. "Les logiques du recrutement politique". *Revue Française de Science Politique*, vol. 30, n° 1, p. 5-45, 1980.
- GUTTSMAN, W. L. The British political elite and the class structure. In: STANWORTH, P.; GIDDENS, A. (eds.). *Elites and power in British society*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 22-44, 1974.
- HEINZ, F. M. Nota sobre o uso de anuários sociais do tipo Who's Who em pesquisa prosopográfica. In: HEINZ, F. M. (ed.). *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, p. 154-165, 2011.
- HUBÉ, N. Le recrutement social des professionnels de la politique. In: COHEN, A.; LACROIX, B.; RIUTORT, P. (eds.). *Nouveau manuel de science politique*. Paris: La Découverte, p. 335-357, 2009.
- MATTHEWS, D. R. "United States senators: a collective portrait". *International Social Science Journal*, vol. 13, n° 4, p. 620-634, 1961.
- MESSEBERG, D. "A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 16, n° 30, p. 17-28, jun. 2008.
- _____. "Producción legislativa y representaciones políticas de la élite parlamentaria brasileña". *Estudios Sociológicos*, vol. 31, n° 93, p. 823-864, 2013.
- MICELI, S. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, B. (ed.). *História geral da civilização brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, vol. 3, p. 557-596, 1991.
- _____. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 345-356, 2001.
- MIGUEL, L. F. "Political representation and gender in Brazil: quotas for women and their impact". *Bulletin of Latin American Research*, vol. 27, n° 2, p. 197-214, 2008.
- MILLER, M. C. *The high priests of American politics: the role of lawyers in American political institutions*. Knoxville: University of Tennessee Press, p. 244, 1995.
- MONTEIRO, N. DE G. (ed.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais*. Período Republicano (1889/1991). Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais, 1994.
- NEIVA, P.; IZUMI, M. "Os 'doutores' da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 20, n° 41, p. 171-192, 2012.
- NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. The United Kingdom. In: NORRIS, P. (eds.). *Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 158-186, 1997.
- OFFERLÉ, M. "Entrées en politique". *Politix*, vol. 9, n° 35, p. 3-5, 1996.
- _____. Professions et profession politique. In: _____. (ed.). *La profession politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin, p. 7-35, 1999.
- PANG, E.-S.; SECKINGER, R. L. "The mandarins of imperial Brazil". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 14, n° 2, p. 215-244, 1972.
- PEPINSKY, T. B. "How to code". In: SCHEDLER, A. (ed.). *The C&M working paper series: Political Concepts*. The Committee on Concepts and Methods (C&M); International Political Science Association (IPSA), 2007.

PERISSINOTTO, R. M., et al. (eds.). *Quem governa?* Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

PINHEIRO, L. S. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: [s.n.], 2007.

PODMORE, D. "Lawyers and Politics". *British Journal of Law and Society*, vol. 4, nº 2, p. 155-185, 1977.

RANNEY, A. *Pathways to Parliament: candidate selection in Britain*. Madison: The University of Wisconsin Press, p. 288, 1965.

RODRIGUES, F. *Políticos do Brasil*. São Paulo: PubliFolha, p. 421, 2006.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002a.

_____. "Partidos, ideologia e composição social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº 48, p. 31-47, fev. 2002b.

_____. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: PubliFolha, 2006.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. "Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006". *Opinião Pública*, vol. 18, nº 1, p. 177-197, jun. 2012.

SANTOS, F. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: BOSCHI, R.; DINIZ, E.; SANTOS, F. (eds.). *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konder-Adenauer, p. 89-117, 2000.

SAUTU, R. "Teoría y medición del estatus ocupacional: escalas ocupacionales objetivas y de prestigio". *Cuaderno de Investigaciones*, Facultad de Ciencias Sociales, U.B.A., vol. 10, 1992.

SAWICKI, F. Classer les hommes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale pour la compréhension de la professionnalisation politique. In: OFFERLÉ, M. (ed.). *La profession politique, XIXe-XXe siècle*. Paris: Belin, p. 135-170, 1999.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. "A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance". *Brazilian Political Science Review*, vol. 8, nº 1, p. 34-57, 2014.

WEBER, M. The profession and vocation of politics. In: LASSMAN, P.; SPEIRS, R. (eds.). *Weber: political writings*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 309-369, 1994.

Adriano Codato · adriano@ufpr.br

Luiz Domingos Costa · luizdomingos@gmail.com

Lucas Massimo · lucasmassimo@gmail.com

Submetido à publicação em dezembro de 2013.

Aprovado para publicação em fevereiro de 2014.